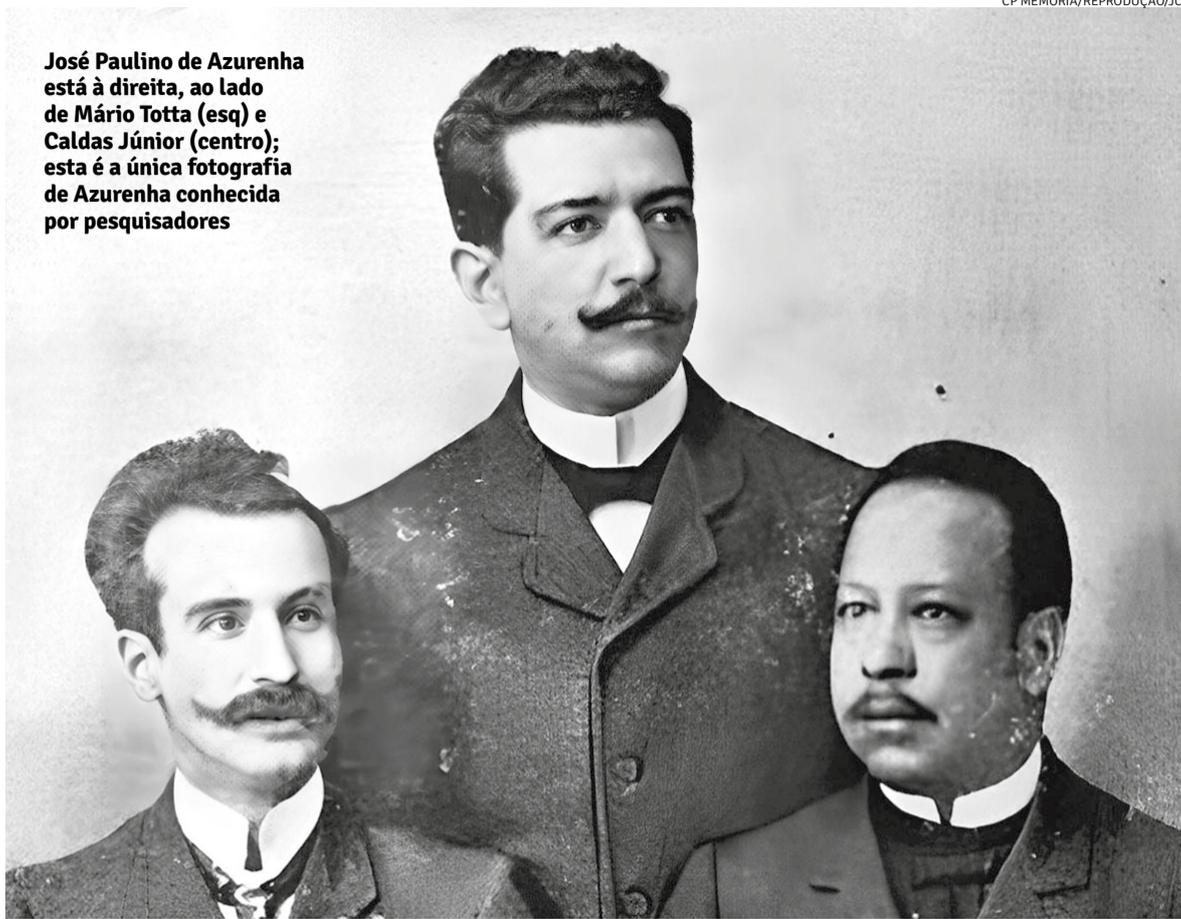


reportagem cultural

CP MEMÓRIA/REPRODUÇÃO/JC

José Paulino de Azurenhu está à direita, ao lado de Mário Totta (esq) e Caldas Júnior (centro); esta é a única fotografia de Azurenhu conhecida por pesquisadores



As crônicas celebradas

Rafael Gloria*

Para a jornalista Brenda Vida, pesquisar as crônicas de Azurenhu no livro *Semanário de Leo Pardo* foi um momento lotado de significados. “Um sentimento de contribuição política, de afirmação enquanto estudante cotista por escola pública, enquanto estudante cotista por raça, então, esse compromisso foi uma afirmação de um compromisso político do tipo de trabalho que eu queria deixar. Senti que era uma missão de militância enquanto pessoa negra”, diz. A obra de Azurenhu, infelizmente, é pouco pesquisada academicamente.

A coletânea faz uma curadoria do que ele produziu como cronista. Segundo Brenda, é importante destacar a versatilidade dos temas que Paulino aborda. A análise permitiu identificar três eixos principais de maior recorrência. O primeiro é a natureza, com textos que exploram a relação humana com o meio ambiente. O segundo eixo reúne reflexões sobre política, sociedade e desigualdade, apresentando um olhar crítico sobre questões sociais. Por fim, o terceiro tema, morte e vida, inclui crônicas dedicadas a obituários e biografias.

Segundo Brenda, Paulino de Azurenhu aborda o fim da escravidão e o racismo em suas crônicas com uma perspectiva crítica, aprofundada e profundamente subjetiva. “Ele celebra o fim da escravidão, mas denuncia as prá-

ticas racistas e os desdobramentos desse sistema, como a forma como ser negro define os lugares sociais ocupados. Ele humaniza as pessoas negras e traz um olhar popular”, destaca.

Entre os temas tratados por Azurenhu, Brenda destaca uma crônica sobre as amas de leite. “É sobre as mulheres que precisavam dar o seu leite, em sua grande maioria mulheres negras, para alimentar crianças brancas, normalmente crianças das famílias que as possuíam, e não podiam alimentar com leite os seus próprios filhos. E ele vai nesse lugar, então é uma crítica aprofundada que passa pelo coletivo, mas que humaniza muito também”, diz.

O cronista também expõe as hipocrisias das leis abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre. Ele denunciava que a suposta liberdade dos filhos das mulheres escravizadas mantinha as mães na escravidão e condenava as crianças a um futuro incerto.

Lúis Augusto Fischer lembra que Azurenhu praticava uma crônica mais extensa, e o fato de escrever um texto por semana significava que ele tinha mais tempo para polir o texto. “Ele conseguiu uma mescla entre fatos do presente, que ele menciona sempre, com reflexões mais de fundo, mais filosóficas, mas nunca com ironia, com deboche. Ele levava a sério a conversa, e me parece que queria convencer pela seriedade”, avalia.

Entre as crônicas que Brenda comenta que lhe marcaram está

a de 29 de junho de 1907, onde Azurenhu fala sobre a despedida do inverno. “Ele vai trazer um olhar sobre o alívio que sente pelo fim da estação e vai dividir o inverno entre dois tipos: o elegante, que seria o vivido pelo rico, e o do pobre. Ou seja, como a classe social e as desigualdades sociais interferem na experiência do inverno e fazem com que, para as populações mais abastadas, ele seja elegante, seja charmoso e até agradável, mas o quanto ele é uma sentença de sofrimento para aqueles que estão na rua ou que são mais pobres”, explica.

O professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Alexandre Lazzari teve acesso à série completa das crônicas de Azurenhu em 2004 durante seu doutorado pela Unicamp. Ele aponta que um ponto crítico é o acesso ao acervo do Correio do Povo, jornal onde Azurenhu publicou grande parte de suas crônicas. “O único acervo completo que conheço pertence à empresa que comprou o jornal, e ela não parece interessada em torná-lo acessível a pesquisadores”, denuncia. Ele defende que a memória literária de Paulino de Azurenhu e de outros escritores deve ser tratada como patrimônio cultural público. “Não pode pertencer unicamente a uma empresa privada que impede o seu conhecimento. Esses textos são parte fundamental da história cultural do Rio Grande do Sul.”

Travessias em edições

Criado há cerca de três anos, o Estúdio Mar Edições atualmente é composto pela diagramadora Aline Gonçalves e pelo editor Alex de Cassio. Ele conta que o projeto nasceu da simples vontade de se juntar para fazer uma editora com o conhecimento de ambos, somado com o do artista plástico Wagner Mello, que foi um dos co-fundadores. Sem capital inicial, mas com muitas ideias, o projeto ganhou forma e se consolidou como um trabalho independente.

Cassio diz que chegaram rápido na concepção da editora. “No início, flertamos com a publicação de livros de artistas, uma possibilidade devido a rede do Wagner, mas acabou não se concretizando. Mas pelo interesse comum, acabou sendo

natural o caminho da poesia e ensaios”, diz. Um dos livros lançados foi *O Gaúcho Era Gay? Mas Bah!*, do historiador Jandiro Adriano Koch, que aborda a existência e o apagamento de personagens gays na história do Rio Grande do Sul. A publicação é resultado de uma década de pesquisas do autor. A primeira edição é de junho de 2023.

O Semanário de Leo Pardo (Crônicas), de José Paulino de Azurenhu, inaugura também a coleção Meu tempo é hoje, que pretende reeditar obras que, por diversas razões, ficaram perdidas no tempo. Cassio conta que a realização dessa coleção deve-se muito também ao professor Luís Augusto Fischer, coordenador desses volumes. “Lembro de ler as colunas que ele escrevia

Os sentidos de Leo Pardo

Nada é por acaso para um homem como José Paulino de Azurenhu, muito menos o pseudônimo que utilizava em suas crônicas. Para a jornalista Brenda Vidal, a escolha pode ser vista também como uma estratégia de proteção. “Ele era tido como uma pessoa super reservada. E vemos que, nas crônicas, ele tem um caráter mais ácido, uma leitura social crítica, ironia, posicionamento. Até para que ele pudesse, a partir do Leo Pardo, sustentar opiniões mais críticas sem acabar arriscando tudo o que ele significava enquanto Paulino”, diz.

O professor José Antônio Santos diz que Leo Pardo aponta a ambiguidade de um não-lugar como mestiço brasileiro. “Ou, ‘nacional’, como se dizia à época em contraponto aos imigrantes, ao mesmo tempo em que mantinha postura afirmativa ao se identificar como ‘pardo’, resultado das relações escravistas. Sem dúvidas isso tinha um sentido político, o que lhe granjeou alguns dissabores, mas também o interesse dos leitores que descobriram nos seus escritos um talento literário que foi reconhecido em vida”, acredita.

Segundo Luís Augusto Fischer, uma assinatura nunca é “pouca coisa” no mundo da autoria intelectual e artística. “Ao que tudo indica, o ‘Leo Pardo’ foi uma maneira ao mesmo tempo afirmativa (eu sou uma pessoa parda) e ligeiramente provocativa - em vez de escolher como pseudônimo algo inofensivo e anódino, ele coloca na assinatura um termo que, naqueles tempos pós-Abolição, convocava a atenção.”

O pesquisador Alexandre Lazzari ressalta que a identidade de homem negro sempre foi afirmada na obra do cronista no Correio do Povo. “Suas crônicas frequentemente exaltavam figuras negras, desde José do Patrocínio até as quitadeiras do Mercado Público, e ironizavam ideias de superioridade racial. Vale destacar a importância que ele atribuía às comemorações da libertação dos escravizados, chegando a considerar que o 13 de Maio representava a mais importante data nacional, de significado e valor superiores mesmo à recente proclamação da República. Ainda assim, ressaltou o nosso cronista Leo Pardo, as cadeias e os cadastros policiais passaram a ocupar o papel opressor das antigas senzalas...Ou seja, ele não omitiu sua posição diante da injustiça e da discriminação racial, apesar dos limites que a atuação em uma imprensa comercial voltada para um público leitor majoritariamente branco colocavam”, destaca.

